



8828501



08016.012215/2018-43

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA****SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2019**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, REPRESENTADA PELO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, POR INTERMÉDIO DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL E A EMPRESA MAQMÓVEIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA.

A União, representada pelo **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**, com sede à Esplanada dos Ministérios, CEP 70064-900, Brasília/DF, inscrito no CNPJ sob o nº 00.394.494/0013-70 neste ato por intermédio do DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL, na figura do Sr. **FABIANO BORDIGNON**, brasileiro, portador da CI nº 6898642-7, SSP/PR e do CPF nº 014.707.979-92, com delegação de competência fixada pela Portaria nº 27/C. CIVIL de 2 de janeiro de 2019, publicada no D.O.U. nº 2, de 2/01/2019, Seção 2, página 2, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a Empresa **MAQMÓVEIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA**, por intermédio de sua filial situada na Rua do Marupá, nº 605, Quadra 04 - Distrito Industrial Moveleiro, Paragominas/PA, CEP: 68.629-418, inscrita no MF/CNPJ sob o nº 54.826.367/0005-11, e de sua filial situada na Rua Adalberto Pereira, nº 80 - Núcleo de Desenvolvimento Integrado Nadir de Paula Eduardo, Taquaritinga/SP, CEP 15.900-000, inscrita no MF/CNPJ sob o nº 54.826.367/0004-30, neste ato representada pelo Sr. **ROBERTO RICARDO DA COSTA**, brasileiro, casado, portador do RG 10770666-0, SSP/SP e do CPF nº: 005.423.33805, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o Contrato, decorrente da **Adesão às Atas de Registro de Preços nº 05/2017 e 06/2017 do Pregão Eletrônico nº 10/20147 FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**, constante do processo nº 08016.012215/2018-43, obedecendo as disposições da Lei nº 8.666, de 21.06.1993, legislação correlata e demais exigências previstas no Termo de Referência e seus Anexos, observadas as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Termo Aditivo tem como objeto a supressão da quantidade de 1380 unidades do item 69 (Conjunto Aluno - Tamanho 06 - Modelo 1 - MDF/MDP) que possuía 11.758 e passou a ter 10.378 unidades. Tal supressão representa uma redução de 11,74% do total do item mencionado. O valor Global do Contrato passa de 3.925.439,00 (três milhões, novecentos e vinte e cinco mil quatrocentos e trinta e nove reais) para **R\$ 3.584.579,00 (três milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil quinhentos e setenta e nove reais)**, resultando em uma redução no valor global do Contrato 01/2019 de R\$ 340.860,00 (trezentos e quarenta mil, oitocentos e sessenta reais), o que representa 8,68%.

1.2 Alterar o item 3.1 da Cláusula Terceira - Do Valor e Da Dotação Orçamentária que passa a ter a seguinte redação:

3.1. O valor do presente Contrato é de R\$ 3.584.579,00 (três milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil quinhentos e setenta e nove reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais Cláusulas do Contrato nº 01/2019, permanecem inalteradas e são, pelo presente Termo Aditivo, ratificadas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

A Contratante providenciará a publicação deste Termo Aditivo, por extrato, no Diário Oficial da União, conforme determina o parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

As partes elegem o foro da Justiça Federal Seção Judiciária do Distrito Federal, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas que surgirem na execução do presente Instrumento.

FABIANO BORDIGNON

Responsável legal da CONTRATANTE

ROBERTO RICARDO DA COSTA

Responsável legal da CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **Silvano de Oliveira Costa**, Agente Federal de Execução Penal, em 28/05/2019, às 13:15, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **8828501** e o código CRC **69F03DEB**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

